
O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO SUPERIOR

SILVA, Sérgio Zufino da¹.

RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem o escopo de analisar as situações de trabalho do professor de ensino superior, a partir de suas formações acadêmicas, tempo na docência em nível superior, dificuldades encontradas na carreira, as qualidades do ensino e o papel do docente da faculdade. Destaque-se que o contexto histórico do ensino terciário no Brasil influi significativamente na atual condição educacional brasileira, ainda mais com o comparativo de eficiência das Universidades ao redor do mundo, que apresentam grau de investimento significativo em suas pesquisas, e, portanto, detém considerável experiência histórica, como as europeias, ou seja, esses dois quesitos as mantém em um patamar bastante elevado. Ademais, a condução de tal nível de ensino ao patamar de exploração econômica, como qualquer ramo da economia, foca a transmissão de conhecimento sem priorizar necessariamente a qualidade. Dessa maneira, a explosão de cursos superiores, sobretudo no molde à distância, proporciona um elevado número de pessoas diplomadas, porém com deficiências graves de formação. Consideradas todas as nuances de dificuldade para se chegar à sala de aula, aí estando, o professor tem o desafio de fomentar, instigar, provocar o discente a adquirir conhecimento técnico adequado e simultaneamente contribuir para a formação pessoal, qual seja, de cidadão comprometido com o meio em que atua, capaz, por isso, de modificá-lo para melhor.

Palavras-chave: Formação. Qualidade. Papel do Professor.

1 INTRODUÇÃO

As fundamentações constituintes do papel do professor universitário, quais sejam, os apreços à didática para possibilitar as transmissões de conteúdo, com a profundidade necessária para a formação técnica e tato necessário para adequar os conhecimentos técnicos aos pessoais, de caráter humanitário, perfazem os principais objetivos de lecionar em instituições de ensino superior.

As fundamentações bibliográficas do estudo em apreço levam a institutos históricos das fundações universitárias no país, que ocorreu de forma tardia em comparação com os países desenvolvidos, além da privação de investimentos característicos de nações em desenvolvimento.

A técnica utilizada é a pesquisa de campo, destinada aos docentes da Faculdade de Alta Floresta (FAF) e da Faculdade de Direito de Alta Floresta (FADAF), cujo tratamento consiste

¹ Bacharel em Direito de Faculdade de Direito de Alta Floresta / MT; Licenciado em Pedagogia, pela Faculdade de Alta Floresta /MT; Especialista em Didática do Ensino Superior. E-mail: <sergiozufinodasilva@gmail.com>

na transcrição das gravações provenientes das entrevistas concedidas por professores da FAF e FADAF, com anexações na fase pós-textual da dissertação, corroborada com bibliografia pertinente e complementar das informações encontradas.

Duas são as fontes jurídicas da dissertação em apreço. As fontes imediatas de pesquisa, oriundas de artigos e publicações da rede mundial de computadores e as fontes imediatas jurídico-formais de pesquisa, somadas às pesquisas de campo ao final anexadas.

Considerando-se os desafios enfrentados cotidianamente para lecionar, entender a dimensão da profissão, seus impactos e objetivos constitui a problemática do presente estudo acadêmico, que tenciona ser mensurado mediante a análise qualitativa das entrevistas concedidas e bibliografias encontradas.

Partindo das aplicações amplas do mister de lecionar em nível superior, com as implicações macro trazidas para o cotidiano do professor, o método utilizado é o dialético, caracterizando emblematicamente a fundamentação bibliográfica nesse sentido.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Consoante as disposições históricas da educação, a civilização egípcia representa particular testemunho, sendo reconhecida pelos povos do Oriente Médio e gregos, e pelo próprio Platão, que manifestou admiração pela sabedoria egípcia (MANACORDA, 2010, p. 21).

Ademais, as evoluções das diversas civilizações foram caracterizadas pelos graus de progresso de cada nação especificamente, sustentadas por forças militares e intelectuais, que constituem meios de submissão de um povo ao outro.

Nesse sentido, ressaltem-se as heranças gregas e romanas, em diversos períodos históricos, bem como contribuições posteriores, de pensadores da primeira metade do século XX, com Marx e Gramsci, cujos tratados acerca deste são de pertinente citação, como assevera Manacorda (2010, p. 399):

Sua análise da crise da organização escolar e a sua pesquisa de um novo princípio educativo, tendo como base Marx e as contradições da experiência soviética, partem da relação entre desenvolvimento científico-técnico e a escola, e se concluem com uma volta com o desenvolvimento social.

Todavia, as caracterizações positivistas de Manacorda são atualmente superadas pela dialética, a exemplo dos tratamentos acerca da educação dispensados em seu tempo por Gramsci, bases evolutivas essenciais, constantes de seus Cadernos.

2.1 Educação Superior

Em uma análise comparativa do ensino superior no mundo, constata-se o número de universidades com renome qualitativo e com substancial evidência em escala global, podendo-se observar um predomínio absoluto de países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos da América.

Segundo a revista Exame.com, de uma lista com 500 Universidades ao redor do mundo, dentre as 20 (vinte) primeiras, 16 (dezesesseis) são americanas, demonstrando o grau de investimento destinado a essa área de ensino, investimento este que repercute de forma substancial no desenvolvimento e permanência do país na hegemonia mundial. A única Universidade brasileira a constar na lista é a Universidade de São Paulo, situada entre a posição 101^a (centésimo primeiro) e 150^a (centésimo quinquagésimo).

Na Europa, há Instituições superiores com mais mil anos de existência, que somada sua história ao grau de investimento recebido, apresentam resultado de supremacia em relação aos países em desenvolvimento, cujas histórias são mais recentes que a fundação de determinadas Universidades, como no caso do Brasil. Com pouco mais de 500 (quinhentos) anos de história, o país não pode comparar a sua trajetória, no que concerne ao ensino acadêmico, com a instituições de países desenvolvidos, seja pela história, seja pelos investimentos destinados à educação superior.

Dessa maneira, infere-se que os Centros Universitários no mundo se desenvolvem em decorrência de tempo de existência, como são exemplos as Universidades Europeias e Asiáticas, e/ou por um maciço investimento, indo de pessoal a pesquisas, como são exemplos as Universidades americanas.

A somatória de experiência histórica e investimentos à cultura de uma nação constituem elementos imbatíveis para o sucesso de uma Universidade, como se observa nas principais Universidades do mundo.

Em função de as instituições de ensino superior formarem pessoas que têm a possibilidade de impulsionar o desenvolvimento de uma nação, por intermédio de pesquisas e implementação dessas quando viabilizadas economicamente, elas representam avanço e são cruciais para a elevação do padrão de vida dos países a que pertencem, cujo potencial humano caracteriza-se, por sua vez, pela história e cultura a que é submetido.

2.2 Educação Superior no Brasil

Contrariamente às colônias espanholas e britânicas, a colônia portuguesa na América não contou desde logo com centros educacionais. Anteriormente à vinda da família real para o Brasil em 1808, os objetivos de Portugal em relação ao Brasil consistiam em exploração em todos os sentidos, e sua prioridade eram tão somente defender e fiscalizar a terra que lhe pertencia.

Assim, por mais de duzentos anos, os únicos envolvimento com educação no Brasil se resumiam nas atividades dos jesuítas. Sendo assim, aqueles que dispunham de meios, então apenas os ligados à coroa e à Igreja, obrigatoriamente dirigiam-se à Europa, mais especificamente a Portugal para estudarem na Universidade de Coimbra.

Dessa maneira, o ensino superior no Brasil tem origens discriminatórias, como se observa com a dicção de Souza e Barella (s/ano, s/p.):

O real significado do termo "Ensino Superior" vai muito além do de ensino de terceiro grau, como ficou popularizado principalmente após as reformas das décadas de 60 e 70. O saber superior deve ser adquirido mediante o uso de codificações, sistemas, modelos e símbolos da semântica científica e, por isso, foge à praticidade do dia-a-dia e se reserva aos que disponham de condições especiais para abordá-lo. Por isso, como muitos querem, não pode ser democraticamente acessível a todos. É um ensino, por natureza, elitista, para uma minoria capacitada intelectual e culturalmente e não no sentido trivial de pessoas sócio-economicamente bem postas na comunidade.

De toda forma, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, o acesso a Portugal foi bloqueado pela esquadra francesa, de modo que aos filhos dos aristocratas não restava alternativa senão pressionar para a criação, aqui, de cursos superiores.

Dessa maneira, foram criados os cursos de medicina, engenharia e economia, como ensina Costa e Rauber (*apud* SOUZA, 1991, p.11):

A implantação do ensino superior no Brasil iniciou-se apenas em 1808, com a chegada da Família Real, expulsos de Portugal pela invasão francesa, e cujo Rei D. João VI, criou institutos de ensino superior a exemplo dos de Medicina, Engenharia e Economia. Desse modo, esse nível de instrução nasce no Brasil como um modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante, destinado essencialmente a atender os filhos da aristocracia, que não podiam ir estudar no Velho Mundo devido ao bloqueio pela esquadra napoleônica.

Ainda, o surgimento das Universidades no Brasil, realizada de forma tardia, estabelece significativa deficiência intelectual frente às demais nações europeias, que se destacavam na

área científica, estendendo seus efeitos até o período contemporâneo, interferindo sobremaneira na sua qualidade de ensino.

Ao longo da história da educação superior no Brasil, há de se destacar instituições de muita qualidade, sobretudo aquelas de origem pública, mais especificamente as Universidades Federais, com despontamento da Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade de Brasília, dentre outras.

Entretanto, ainda com a ampliação de vagas, a ocupação dessas dá-se por uma classe social mais privilegiada, de maneira a manter a concentração de oferta desse ensino apenas a uma camada social, nos moldes dos tempos do Império.

As políticas públicas brasileiras de incentivo aos cursos superiores concentram-se na expansão numérica, pouco importando a nuance qualitativa, como se infere das homologações de cursos de Ensino Superior à Distância (EAD), que não primam pela qualidade e pela interferência do professor na formação do profissional. Nesse sentido são as afirmações da Professora Ana Célia de Júlio, Mestra em Direito Negocial, e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Alta Floresta:

Eu analiso que, nos últimos dez anos, tenhamos uma grande abertura para novas faculdades, novos cursos, principalmente particulares. Assim como cursos à distância, que, embora economicamente viáveis, com eles se perde o contato ocular com os alunos, perdendo certo proveito didático.

Ainda mais incisiva é a opinião o Professor Doutor José Antonio Tobias, Livre Docente e Diretor do Instituto Educacional do Norte de Mato Grosso (IENOMAT), que remete às intenções políticas o atual quadro de qualidade do ensino, de base e superior, focando o teor estatístico em detrimento à formação pessoal e colaboração do profissional de ensino superior:

A qualidade do ensino nacional sofre um abastardamento de origem política. Não se olha mais qualidade, agora é quantidade. A estatística é que conta. Tantos universitários no ensino superior, como no ensino médio... O pessoal não sabe mais fazer conta. Acaba o primeiro grau e, no segundo grau, muitas vezes, não sabe multiplicar, agora não sabe analisar, fazer uma crítica de um texto, às vezes, não sabe nem ler direito.

Também categórica é a postura da Professora Aparecida Garcia Pacheco Gabriel, Especialista em Educação Inclusiva e Didática do Ensino Superior e Coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Alta Floresta, destacando o fato da não inclusão do aluno por ofício do professor, criando círculo vicioso e piorando um nível já ruim:

O ensino superior ainda é péssimo, tanto o particular como o público. Nós não temos, dentro da formação de professores, profissionais inclusivos que trabalham o aluno com a questão da inclusão da qualidade enquanto pessoa,

enquanto trabalho, enquanto nível cultural. Está muito longe ainda de a gente ter qualidade no ensino superior.

A evolução do ensino superior, contudo, ainda que somente em caráter quantitativo, também pode ser interpretada com um viés positivo, o de oportunizar o contato do estudante com um mundo acadêmico ilimitado, embora ainda esbarre em obstáculos sociais e culturais que impedem uma ampliação qualitativa.

Nesse objetivo, destaca-se um elemento central e indispensável para a consideração da formação acadêmica com a importância que merece, qual seja o fator humano, que desafia os entendimentos políticos, sociais e culturais para fomentar no estudante a capacidade de modificar o mundo ao seu redor, papel esperado de uma IES.

2.3 Capitalização da educação

Ao longo da história, as diversas civilizações enfrentaram adversidades as mais variadas, desde as intempéries naturais até as disputas políticas de fronteiras e objetivos de dominação. De acordo com os graus de desenvolvimento das nações, bem como as integrações internacionais, variaram também os sistemas econômicos, destacando-se o feudalismo, o socialismo, o capitalismo.

Com efeito, tais sistemas econômicos proporcionaram possibilidades de desenvolvimento das nações, ao tempo em que se mostraram como facilitadores das negociações, evidenciando-se capitalista como aquele mais adequado na atual conjuntura global, considerando que a grande maioria dos países o adotam, no lugar de uma minoria socialista, que se mostram, também, autoritários.

Por um lado, o capitalismo possibilita que a população não fique dependente das ações de governo, sendo possível que, pela venda da mão de obra, as famílias sobrevivam e se desenvolvam economicamente.

Por outro, é de se ressaltar que esse sistema econômico, em tese, não possui limites. Tudo pode ser negociado, inclusive valores morais e de formação pessoal, como a saúde, a segurança, transportes, educação. Elementos de competência do Estado, porém não de forma exclusiva, que podem ser administrados por particulares.

Nesse sentido são as estruturas e superestruturas dos conceitos de Marx (1996), ao alocar os diversos setores da economia como um pilar, individualmente de igual importância em relação uns aos outros, seja transporte, seja educação. Enfim, produção.

2.3.1 Exploração econômica da educação

As ações de um governo, por mais eficiente que sejam, não são capazes de atender a toda a população, integralmente. Tal impossibilidade se dá pelos mais variados motivos, passando pelo tamanho do Estado a ser administrado, até pelos custos dos atendimentos.

Se, nas diversas áreas de atuação de um governo, está presente a atividade privada, diretamente nas execuções, ou indiretamente por meio de financiamentos, com a educação não é diferente, inclusive a superior.

Assim sendo, a exploração da educação pela iniciativa privada remete a interpretações de aspectos distintos daquele de sua essência, qual seja, formação pessoal e profissional do cidadão, possibilitando-lhe expectativas de desenvolvimento.

O primeiro aspecto do ensino privatizado é a disseminação do aprendizado para toda a população, em grau de qualidade minimamente superior, uma vez que a parcela que a utiliza é detentora de renda que proporciona isso, a qual paga duplamente, uma vez que, por não utilizar a rede pública de ensino, não se isenta dos impostos.

O segundo aspecto é a sensação proporcionada de que, por meio do pagamento pela prestação dos serviços educacionais, a qualidade seja superior ao serviço público, já que se está pagando. Uma rápida análise de mundo basta para verificar que a sensação é falsa, pois o negócio garante apenas a transação comercial, não exatamente a qualidade dos serviços.

Nesse sentido a publicação de Araújo (2015, p.3B), a qual ressalta a exploração do grupo Kroton, que, com a determinação de obter lucros, desconsidera a qualidade do ensino nas instituições que administra:

Alunos da Universidade de Cuiabá (UNIC), e do Centro Universitário Cândido Rondon – UNIRONDON, protestam contra as condições de ensino que estão sendo ofertadas pelas instituições. Segundo os estudantes, foram inseridas aulas interativas e à distância não condizendo com o preço das mensalidades que são pagas correspondendo aos cursos presenciais.

Atualmente, a educação constitui um mercado com um grau de atratividade muito convincente, uma vez que os esforços para a construção da formação profissional não são medidos pela população que almeja manter-se no mercado de trabalho e fazer funcionar o mundo capitalista.

Desta forma, devido ao propósito de expandir o ensino para um número cada vez maior de cidadãos, considerando o caráter ilimitado do capitalismo, a exploração deste mercado vai muito além de uma comercialização da atividade. Constitui, várias vezes, a formação de

grupos de exploração de mercado, com capitais, inclusive, negociados em bolsas de valores, o que obriga a IES a valer-se de qualquer esforço para conseguir ou manter os estudantes.

A conquista e manutenção dos alunos pela instituição, contudo, passa por caminhos nem sempre os melhores para a educação, provocando baixo nível de exigência dos cursos ou duvidosa qualificação dos professores, pois, quanto mais qualificados, maiores serão suas exigências, inclusive em termos de salário.

Numa equação e comparação, é de se perceber que o número de estudantes matriculados numa determinada instituição de ensino é aspecto muito mais importante que a qualidade, porque a quantidade de matrículas é o que proporciona a rentabilidade do investimento.

Nesse sentido é a percepção do Professor Marcelino de Jesus, ao citar a diferença entre aluno e estudante, ressaltando o interesse de um e de outro, em meio aos objetivos da instituição:

Há uma diferença muito grande de aluno e de estudante. Em sala de aula a maioria é aluno e são poucos estudantes. E essa diferença é muito grande. O estudante é aquele que prepara sua aula, que busca levar sua matéria para estudar e tirar dúvida com o professor. Os outros não sabem nem o que o professor está falando, é um mero frequentador de aula, que não estuda.

Nesse sentido, a prestação pública é absolutamente mais eficiente que a prestação privada, uma vez que a primeira não se preocupa com os resultados econômicos, mesmo porque não auferir lucro, não havendo, portanto, a preocupação com esse tipo de resultado

Relevante é a comparação de níveis da educação, seja no ensino básico, fundamental e médio, seja na educação superior, porque influenciados pelos aspectos da exploração econômica são distintamente atingidos.

Assim sendo, embora a exploração econômica tome viés puramente lucrativo, esse incentivo ou impulso é capaz de fomentar a competitividade entre empresas de modo a promover a melhoria da prestação dos serviços.

Nesse sentido, há de se reportar às nações desenvolvidas, em especial os Estados Unidos da América, que possuem o ensino superior completamente privatizado e cujas universidades situam-se entre as melhores do mundo, obviamente sob o prisma mais divulgado e conveniente, mas que não há de se deixar de considerar.

Os institutos de publicização ou privatização não podem ser analisados tomando-se por comparação os aspectos positivos de um e os aspectos negativos de outro. Obviamente que a comparação seria não confiável.

Do aspecto público da educação, destaca-se a não onerosidade, ou a dupla onerosidade do cidadão que já pagou pelo serviço do Estado no momento em que lhe foi imposta uma

carga tributária considerável. Soma-se a isso o caráter obrigacional da prestação do serviço e sendo estendido a todos, indistintamente.

De outro lado, o fato de não haver, na educação pública, a imediata obrigação do pagamento estabelece uma falsa sensação de descompromisso, que só é vencido com determinação e disciplina, qualidades não presentes em todos os estudantes e professores. E ainda, tal forma de prestação de serviço, a todos estendida, qualifica de forma homogênea interesses heterogêneos, ou interesse nenhum, o que inevitavelmente implica em divergências dos resultados.

A privatização da educação superior, assim como a privatização de qualquer outro serviço, aduz, ao pagamento, uma onerosidade duplicada quando se considera o anterior pagamento dos tributos, além de remeter, ao prestador de serviço, a equivocada sensação de dever de resultado, não necessariamente desprendendo o equivalente esforço.

Porém, reúne, num mesmo ambiente, os pretendentes de um interesse homogêneo, que buscam a informação em decorrência de um propósito comum e possível àquela classe social. Além do que, fomenta competitividade, elemento indispensável para uma efetiva prestação do serviço em nível adequado e satisfatório para promover o desenvolvimento pessoal, e em consequência, o país.

2.3.2 Educação à distância

Dentre as diversas formas de exploração do mercado econômico do ensino, destaca-se sobremaneira o nicho econômico da educação superior, que encontra-se numa ascendência significativa.

Grupos especializados no atendimento de alunos cada vez mais numerosos surgem a todo momento e utilizam-se dos meios mais diferenciados para alcançarem os objetivos almejados (lucros).

Regra básica do capitalismo, para obtenção de lucros, uma atividade deve apresentar custos menores que as receitas, numa proporção aceitável, segundo os planejamentos e expectativas, de acordo com o capital investido.

Nessa leitura, são pertinentes as observações do Professor José Antonio Tobias, ao destacar a classificação do Brasil dentre outras nações quando se mede a qualidade desse setor:

Os programas de ensino à distância abastardaram o ensino no Brasil. Há discussão para ensino à distância em medicina, o que é absolutamente inaceitável. Em engenharia já existem cursos nessa modalidade. Em uma classificação no mundo, a educação brasileira está em penúltimo lugar.

Na seara da educação superior, o regime de ensino à distância merece especial atenção, uma vez que apresenta vantagens e desvantagens que merecem detida avaliação, sobretudo no aspecto da influência do professor na formação do profissional.

Ocorre que, na EAD, o número de pessoas com acesso à formação superior é muito considerável, uma vez que as facilidades de matrícula e frequência nos cursos são atrativos fortes.

Todavia, embora não seja possível estabelecer generalidades, a qualidade dessa educação é comprometida, uma vez ser uma modalidade que exige um grau de disciplina muito maior que os cursos presenciais.

Porém, o quesito mais significativo dessa modalidade é exatamente a distância entre professor e aluno, que se veem numa relação fria e dependente de positivismo, em lugar de uma dialética e proximidade, necessários para se adquirirem os conhecimentos técnicos e motivacionais da profissão escolhida.

Dos diversos pilares que sustentam o Estado, como a indústria, comércio, agropecuária, serviço, a educação destaca-se como um elemento passível de promover transformação, considerada sua natureza.

Dessa maneira, instituições de formação acadêmica são parte das explorações de mercado como um todo, não merecendo destaque especial unicamente por seus objetivos, o que permite a incidência dos efeitos capitalistas nessa esfera de serviços.

Resta aos profissionais de educação superior o discernimento dos elementos benéficos e pertinentes à pulverização de quantidade e qualidade das extensões educacionais.

Tal discernimento passa pela avaliação do método de ensino e aprendizagem, considerando-se os aspectos positivistas e dialéticos da abordagem, não sendo, contudo, uma formatação rígida.

Todavia, com todas as possibilidades de disseminação da educação, e considerando as evoluções sociais, torna-se impossível ignorar que os meios de ensino (em todos os níveis) mudaram. Nesse contexto, há de se destacar a importância do professor, nas palavras de Vida e Maia (2010, p.21): “A educação é convocada a revisar-se, a instituir novas práticas e

consolidar boas experiências e os professores são os principais atores mobilizados a apresentar respostas a esses processos de mudanças”.

Dessa forma, os papéis dos professores merecem todo destaque no desafio de administrar os conceitos educacionais e promover, simultaneamente, ensino/aprendizado e formação profissional/pessoal.

2.3.3 O papel do professor de Ensino Superior

Considerando-se as nuances porque passa a educação superior ao longo da história, especificamente no Brasil, constitui uma obviedade a percepção de mudança significativa dos interesses dos alunos, dos professores e das Instituições de ensino.

Dessa maneira, a formação do docente também sofre as consequências da evolução das sociedades, uma vez o ofício de mestre compreende, além da formação profissional, atingindo invariavelmente a formação pessoal. Nesse sentido é a lição de Libâneo (1994, p. 27):

A formação do professor abrange, pois, duas dimensões: a formação teórico-científica, incluindo a formação acadêmica específica nas disciplinas em que o docente vai especializar-se e a formação pedagógica, que envolve os conhecimentos de Filosofia, Sociologia, História da Educação e da própria Pedagogia que contribuem para o esclarecimento do fenômeno educativo no contexto histórico-social; a formação técnico-prática visando à preparação profissional específica para a docência, incluindo Didática, as metodologias específicas das matérias, a Psicologia da Educação, a pesquisa educacional e outras.

Essas capacitações do professor permitem-lhe cumprir, materialmente, os fins de sua incumbência, de seus misteres. Contudo, o aspecto técnico do lente de ensino superior, por si só, não lhe garante o sucesso profissional, uma vez que a formação profissional ou pessoal não constitui receita. É nesse sentido a prospeção de Tardif e Lessard (2011, p. 195):

Os fins, consequentemente, não são uma dimensão acessória do trabalho humano. Como o mostra uma venerável tradição teórica que remonta a Aristóteles, passando por Kant, Marx e, hoje, Habermans e Giddens, os fins constituem um modo fundamental de estruturação da atividade humana em geral e da atividade laboral em particular, concebidas enquanto ações finalizadas, temporais, instrumentais, teleológicas. Como dizia Marx em “A ideologia alemã”, o próprio do trabalho humano – o que o distingue das realizações da formiga, da abelha e do castor –, é que o trabalhador elabora uma representação mental de seu trabalho antes de realiza-lo e a fim de realiza-lo. O mesmo serve para o ensino.

Dessa maneira, o papel do docente do ensino superior, consideradas os diversos aspectos da formação humana, não se assemelha com os labores irracionais dos animais,

absolutamente não se amoldando ou não se completando com a simples transmissão de conhecimento técnico.

A instigação ao conhecimento torna-se um diferencial à missão de formar cidadãos, à medida que a transmissão de conteúdo material não seja suficiente para satisfazer os desejos ou ganas dos objetivos pessoais.

Para tanto, diversos são os percalços a serem superados na formação do professor, para capacitá-lo a oferecer satisfatoriamente o objetivo de suprir as formações profissionais/pessoais que constituem ao longo da carreira, em contato com milhares de estudantes.

Há de se destacar, primordialmente, que as dificuldades a serem consideradas no mister de lecionar em uma instituição de ensino superior constituem adversidades na órbita dos discentes, como as deficiências provenientes das formações de base; desinteresse absoluto dos alunos provenientes do ensino médio em adquirir uma formação eficiente; a divisão laboral em turnos exaustivos; dedicação não exclusiva à profissão de professor; baixas remunerações e conveniências políticas.

O nível escolar do ensino médio, que garante ao estudante de nível superior o entendimento e desenvolvimento da formação profissional, pode constituir um empecilho considerável no labor de ensinar, como se depreende da visão da Professora Eleusa de Carvalho Furquim, Mestra em Direito Civil e Jornalismo, Professora da FADAF, quando indagada acerca da qualidade do ensino:

É ruim, porque herdamos aquilo que vem da base. Quando o aluno chega no curso universitário, ele não tem a noção básica da escrita, e de leitura. Não tem a noção básica de fatos históricos que são relevantes para o entendimento das várias doutrinas do direito.

Somado a esta “particularidade” da formação básica do aluno proveniente do ensino médio, o desinteresse em adquirir uma eficiente profissão, que o faça prosperar enquanto modificador das situações ao seu redor, passa pela resistência em efetivamente estudar, preferindo uma presença sem participação em sala de aula, como a percepção do Professor Marcelino de Jesus, que leciona no curso de Engenharia Civil, da Faculdade de Alta Floresta, ao destacar a divisão, em sala de aula, entre alunos e estudantes.

Afora os percalços características do corpo discente, as adversidades pertinentes ao professor residem no acúmulo de turno, com não integralidade de dedicação, para suprir a deficiência salarial.

Aliás, o salário constitui a garantia da reprodução da força de trabalho, sem o qual, segundo lição de Althusser (1985, p.57): “Como se assegura a reprodução da forma de trabalho? Ela é assegurada ao se dar à força de trabalho o meio material de se reproduzir: o salário”.

Nesse sentido é o comentário da Professora Aparecida Garcia Pacheco Gabriel, que critica a impossibilidade de o professor investir na própria profissão e formação pela defasagem salarial:

O salário é importante porque é uma motivação indireta. A motivação direta é o profissional gostar de sua atividade, e a indireta é quando o rendimento é suficiente para manutenção da profissão. O salário de professor não tem sido uma motivação, uma vez ser insuficiente para proporcionar investimento pessoal e muito menos um investimento de lazer, de cultura.

De outro lado está o entendimento do Professor Dr. José Antonio Tobias, ressaltando o valor ou a representatividade salarial do professor, acrescentando a valorização dispensada pelo Diretor do IENOMAT aos seus profissionais:

O salário é o meio da dignidade do trabalhador e de sua família. Dessa forma, as rendas das famílias se tornam relativas a considerar a região geográfica de seu domicílio. Em uma cidade como São Paulo-SP, é impossível que o pobre tenha um quintal. Às vezes não há sequer água potável disponível. De outro lado, em uma cidade como Alta Floresta-MT, possuir um quintal é mais provável, o que possibilita pequenas hortas e criação de pequenos animais, tornando o custo de vida mais acessível. Isso para comparar que os rendimentos de nossos professores, que com o título de mestre é de 8 mil reais e o doutor de 10 mil, o que representa um bom pagamento, ainda mais quando se compara com profissionais de outras cidades do país.

Superadas as observações de primeira ordem, circunstâncias do docente e discente, que invariavelmente se sobrepõem para caracterizar o mister de lecionar em nível superior, restam os desafios constituintes do papel, ou papéis, do professor de ensino superior.

Na dicção do Professor Marcelino de Jesus, “formar seres humanos”. Na visão da Professora Eleusa de Carvalho Furquim: “direcionar aquele que já vem preparado para o exercício de uma profissão, mas a nossa realidade mostra uma realidade bem diferente”. Contudo, a sapiência do Professor Luis Fernando Casilhas Volpe, Mestre em Direito e Professor de Direito Penal na FADAF, traduz uma dupla intenção do professor de ensino superior: “Você tem o principal que é a formação profissional. E eu entendo que além da formação profissional, que é importante, mas você não vai formar apenas mais um, você vai formar o cidadão”.

Nesse sentido é o entendimento do Professor Emanuel Júnior da Silva Nunes, Mestre em Ciências dos Solos e Professor do Curso de Engenharia da Faculdade de Alta Floresta, revelando as faces do mister de lecionar:

[...]é que o professor deixou de ter o papel de apenas de transmissor do conhecimento, mas ele traz consigo questões éticas, questões sociais, e ele tenta trazer educação na verdade. Tenta trazer algo a mais na sua área que puramente traduzir o conhecimento.

Na dicção do Professor Roberto de Paula, Doutorando da Universidade Federal do Paraná, o papel do professor do ensino superior é fomentar e instigar o aluno à produção, como se infere de sua fala, a seguir:

Provocador. O papel do professor é provocar. Especialmente naquelas disciplinas que abrem espaço para isso. Disciplinas que não são tão dogmáticas. Eu penso que ainda nas disciplinas dogmáticas há possibilidade de se provocar os acadêmicos para que tenham uma outra visão a respeito do direito ou dos direitos para que possam cumprir uma função social diante da sociedade.

Sob diferente prisma, encontra-se o conceito do papel do professor do ensino superior proferido pela Professora Aparecida Garcia Pacheco Gabriel, que ressalta a necessidade de incentivo ao aluno por meio da inclusão:

O papel do professor do ensino superior é um papel inclusivo, foi-se a época em que o professor mais excluía do que, necessariamente formava. Se o aluno apenas não obtém certo rendimento, se não acompanhado, simplesmente abandona o curso, uma vez que não consegue ser competitivo. Em consequência, não colabora com a política, com a economia. Então, o professor deve pensar muito a fim de aperceber-se que seu papel é muito mais do que apenas dar a nota e reprovar, mas sim incluir e melhorar a qualidade do ensino de que ele faz parte, com percepção de sua importância na formação do cidadão, a fim de que este atue efetiva e positivamente em sociedade.

Dessa maneira, de acordo com as pontuações históricas da educação superior, bem como as comparações dentre as diversas Instituições de ensino superior ao redor do mundo, na inferência das dificuldades pessoais de alunos e professores, considera-se que o processo educacional consiste na dualidade ensinar/aprender.

Os papéis dos professores exigem um requisito anterior: romper as barreiras que os impedem de chegar à sala de aula, ou de aí prosseguirem. Superadas essas primeiras dificuldades, fomentar o aprendizado técnico e constituir elemento da formação pessoal afiguram-se os objetivos de quem leciona em nível superior.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conceituações acerca do ofício de lecionar em nível superior, que exige os conhecimentos de didática, e, de forma cumulativa, as formações técnicas de cada área assumida, denotam que esse mister constitui desafio considerável, vez tratar-se de formação de pessoa e as peculiaridades da função.

A superação de obstáculos que estão aquém da sala de aula apresenta o mesmo grau de dificuldade que os desafios existentes internamente, na sala de aula. Aqueles referem-se ao nível de formação precário dos alunos provenientes de ensino médio; estes centram-se na renitência em aprender e adquirir uma formação completa (técnica e pessoal); na carga horária superior ao suportável; no acúmulo de funções; nas questões relativas à remuneração.

Apesar das resistências externas, o professor é incumbido do desafio de fomentar no estudante o desejo de adquirir o conteúdo material do conhecimento técnico e aliar a técnica à formação pessoal, de caráter humano.

Contudo, a superação dos obstáculos exteriores à sala de aula, e dos interiores também, na verdade, constitui um requisito para assumir a atividade de lecionar, uma vez considerado que essas interferências, advindas de políticas públicas, constituem o mister do professor, sujeito responsável pela formação de todas as profissões e não reconhecido como tal.

TEACHERS HIGHER EDUCATION WORKING

ABSTRACT

This academic paper has the scope to analyze working conditions of higher education teachers, from their academic backgrounds, time in teaching at the higher education, difficulties encountered in the career, the educational qualities and the role of the higher education teachers. It is noteworthy that the historical context of higher education in Brazil has a significant influence on the current condition of Brazilian education, especially with the comparative of the efficiency of universities around the world, that show significant degree of investment in their research, in other words because it has considerable historical experience, as European universities due to the accumulation of the two requirements. Moreover, conduction of higher education to economic exploitation level, as any branch of the economy, focuses on the transmission of knowledge without necessarily prioritizing quality. In this manner the explosion of higher education courses, in particular the distance learning, provides a large number of graduated people, though with serious deficiencies in their formation. Considering all the nuances of difficulty to get to the classroom, when there, the teacher has the challenge to encourage, instigate, provoke the student to acquire adequate technical knowledge and simultaneously contribute to personal formation, which is the committed citizen with the environment in which it operates, capable therefore of changing it for the better.

Keywords: Formation. Quality. Role of the teacher.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Araújo, Natália. Universidades são cobradas. **A Gazeta**. 03 de Setembro de 2015. 3B.

BARELLA, Tatiane e SOUZA, Paulo Natanael P. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro**. Disponível em: <http://universidades.universia.com.br/universidades-brasil/historia-ensino-superior/>, em 30Set15>.

COSTA, Everton de Brito Oliveira e Rauber, Pedro. **História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil**. Disponível em: http://www.unigran/jurídica/ed_anteriores/21/artigos/artigo15.pdf.

FURQUIM, Eleusa de Carvalho. Entrevista concedida a Sérgio Zufino da Silva e Adriana Rocha, em 01 de setembro de 2015.

GABRIEL, Aparecida Garcia Pacheco. Entrevista concedida a Sérgio Zufino da Silva e Adriana Rocha, em 16 de setembro de 2015.

JESUS, Marcelino de. Entrevista concedida a Sérgio Zufino da Silva e Adriana Rocha, em 02 de setembro de 2015.

JÚLIO, Ana Célia de. Entrevista concedida a Sérgio Zufino da Silva e Adriana Rocha, em 18 de setembro de 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MANACORDA, Mario alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, KARL. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural Ltda: 1996.

NUNES, Emanuel Júnior da Silva. Entrevista concedida a Sérgio Zufino da Silva e Adriana Rocha, em 27 de agosto de 2015.

PAULA, Roberto de. Entrevista concedida a Sérgio Zufino da Silva e Adriana Rocha, em 17 de setembro de 2015.

TOBIAS, José Antonio. Entrevista concedida a Sérgio Zufino da Silva e Adriana Rocha, em 21 de setembro de 2015.

VIDAL, Eloísa Maia e Maia; BESSA, José Everardo. **Introdução à Educação a Distância**. Disponível em <http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-de-interesse-na-area-de-tics-na-educacao/introducao-a-educacao-a-distancia>, acessado em 04Out15.

VOLPE, Luis Fernando Casilhas. Entrevista concedida a Sérgio Zufino da Silva e Adriana Rocha, em 16 de setembro de 2015.

